



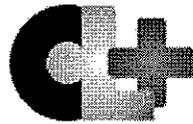
Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

06 de novembro 2014



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 06/11/2014
Assunto: Chuvas		Página: 04



**CORREIO LAGEANO**

# Chuva faz lembrar a destruição do granizo

**NÚBIA GARCIA**

nubla@correiolageano.com.br

A chuva registrada desde a noite de segunda-feira até o fim da manhã de ontem deixou em alerta moradores e autoridades em Lages. A cidade ainda se reconstrói depois de ter sido assolada por uma chuva de granizo há menos de um mês, o que fez com que diversos estabelecimentos, residências e até mesmo unidades escolares voltassem a ser prejudicados pelo temporal.

Na escola de Educação Básica Zulmira Auta da Silva, no bairro Popular, as aulas precisaram ser suspensas logo após o intervalo no turno da manhã. Das 18 salas de aula da escola, 15 ficaram

parcialmente alagadas. A escola foi bastante prejudicada pela chuva de granizo e as telhas da instituição ainda não foram trocadas, apenas receberam medidas paliativas.

Quando professores e alunos chegaram pela manhã, as salas já apresentavam goteiras, mas foi possível manter as aulas. Após uma forte pancada, por volta das 10 horas, as aulas precisaram ser interrompidas e os alunos foram levados para o ginásio da escola até que pais ou responsáveis fossem buscá-los.

Situação semelhante aconteceu no Cedup Renato Ramos da Silva, no Universitário. A escola foi completamente prejudicada pela chuva de ontem. As aulas foram suspensas durante

todo o dia.

● **SDR** | Ao todo, 24 escolas da rede estadual foram atingidas pelo granizo. Em nota, a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Lages (SDR) informou que o déficit de mão de obra e a escassez de telhas de fibrocimento no mercado, vêm dificultando o restabelecimento total das unidades.

Medidas paliativas estão sendo adotadas para garantir a continuidade das aulas, como a colocação de lonas nas coberturas e o uso de mantas asfálticas para tapar os furos das telhas. De acordo com a SDR, gestores estão fazendo todo o possível para contornar a situação, e as gerências de Educação e Infraestrutura estão buscando formas de minimizar os danos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 06/11/2014
<b>Assunto:</b> Educação inclusiva		<b>Página:</b> Online



### **APROVADA PROPOSTA QUE REFORÇA EDUCAÇÃO REGULAR INCLUSIVA**

**De acordo com o projeto, sistemas de ensino terão de garantir métodos de comunicação para estudantes com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento**

Fonte: Jornal do Senado (DF)

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta terça-feira (4), projeto que altera o conceito da educação especial no Brasil e reforça o papel da educação regular inclusiva, na forma do substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados (PLS 180/2004).

Pelo texto, o ensino especial passa a ser mais restrito, com funções de apoio complementar ou suplementar aos serviços comuns oferecidos preferencialmente na rede regular de ensino para atender pessoas com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

O texto define o conceito de educação especial, que passa a ser uma modalidade de ensino escolar que realiza “atendimento educacional especializado” para apoiar os serviços educacionais comuns. A ideia é promover a educação inclusiva, ou seja, a escola regular terá que se preparar para receber todo e qualquer tipo de aluno.

O substitutivo da Câmara retira três parágrafos do artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que preveem: oferta eventual de serviços especializados nas escolas da rede regular; atendimento em classes, escolas ou serviços especiais, em situações específicas; e o dever do Estado de ofertar educação especial de zero a seis anos, durante a educação infantil.

O texto original, da ex-senadora Ideli Salvatti buscava somente assegurar ambiente escolar propício à inclusão educacional e social de estudantes com deficiência auditiva, obrigando as escolas a ofertar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A partir das modificações aprovadas na Câmara e referendadas pela CE, o projeto agora obriga os sistemas de ensino a garantir, como parte do currículo de todas as etapas e modalidades da educação básica, não só o ensino de Libras, mas também de



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

outros métodos de comunicação para estudantes com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, como o sistema braile (para cegos) e o tadoma (para pessoas que são simultaneamente surdas e cegas).

Esses alunos também terão direito a adequação de currículos, métodos e recursos às suas necessidades; professores especializados; e educação especial para o trabalho. Além disso, deverá ser respeitado o atendimento de necessidades educacionais específicas dos alunos nas diretrizes para cursos superiores em geral; inserção de eixos temáticos e conhecimentos favoráveis à educação inclusiva nos currículos dos cursos de formação de professores; e a oferta, pelo poder público, aos familiares e à comunidade da pessoa com deficiência auditiva de condições para o aprendizado de Libras.

O relator ad hoc na Comissão de Educação foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A matéria segue agora para o Plenário e, caso seja aprovada, vai à sanção presidencial.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 06/11/2014
<b>Assunto:</b> Material Escolar		<b>Página:</b> Online



### **PROJETO CRIA CARTÃO PARA BENEFICIÁRIO DO BOLSA FAMÍLIA COMPRAR MATERIAL ESCOLAR**

**Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) explica que o público-alvo do cartão serão as famílias que têm crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos**

Fonte: Agência Senado

No programa Projeto em Destaque, da Rádio Senado, você vai saber detalhes sobre o projeto (PLS 122/2013) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que prevê a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar. A senadora explica que o público-alvo do cartão serão as famílias que têm crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos.

O limite de crédito em cada cartão poderá variar de acordo com o ano cursado pelo aluno e o custo médio do material em cada estado. A distribuição será feita por meio de convênio do governo federal com estados e municípios. Ao justificar a iniciativa, Lúcia Vânia observa que as famílias beneficiárias destinam boa parte do dinheiro do Bolsa Família à compra de material escolar.

O relator da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), apresentou relatório favorável à proposta. Ouça os detalhes na matéria de Toncá Buriti.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 06/11/2014
<b>Assunto:</b> Enem		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: A RELAÇÃO DO ENEM COM A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

**"Para que ele ajude a qualificar a Educação brasileira, o Enem precisa valer-se de estratégias mais proficientes de gestão educacional", afirma Vanderlei Siqueira dos Santos**

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Durante algum tempo, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi negligenciado pelas escolas, principalmente por causa da resistência dos professores quanto ao discurso subjacente ou implicado nas competências e habilidades. Com a adesão das universidades públicas à utilização da nota individual do aluno em tal exame como forma de acesso ao curso superior, o número de participantes passou dos modestos 115 mil de 1998 para os 8,7 milhões neste ano de 2014.

Com a expectativa do MEC quanto à adesão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2015, apenas três das 63 instituições federais não participarão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Ainda assim, todas usam o Enem, pelo menos como parte do seu processo de seleção. Em janeiro de 2014, o número de vagas oferecidas foi de 171 mil.

As novas configurações do Enem, sobretudo em relação à junção de dupla avaliação, a do ensino médio e a que seleciona os alunos da educação superior, são criticadas por especialistas e pedagogos. Essa integração duvidosa, aliada à pseudoclassificação das escolas, desconsidera a diversidade de variáveis que podem influenciar o desempenho dos estudantes; além disso, resulta em modesto ou medíocre impulso para o urgente e necessário melhoramento da qualidade da educação nacional, segundo asseveram respeitáveis críticos.

A velha e tradicional oferta de cursinhos irrompeu; agora eles preparam para o Enem. Isso é auxiliado pela seleção e concessão de bolsas de estudo para "alunos bons de nota", bem como pela criação de CNPJ específico para alocar os "melhores alunos", configurando-se como prática recorrente e estratégia comercial por grande número de instituições educacionais. Com isso, reforça-se a falsa ideia de que o ensino médio cumpre a única função de preparar para a prova seletiva, sem nenhuma relação com a descoberta e construção de um projeto de vida para os alunos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

As concepções e metodologias mecanicistas adotadas por tais empresas da educação nos desafiam a perguntar: o que entendemos como educação de qualidade? O que seria uma boa escola? Que ensino médio é mais coerente para o projeto de educação que queremos?

Atentos a esse legado de respostas tortuosas, não podemos, no entanto, deixar de reconhecer a contribuição que o Enem vem acrescentando ao sistema educacional brasileiro. Em termos de quantidade, o exame revela uma dívida educacional muito alta. Hoje, num país com mais de 80% da população sem o ensino superior, pessoas de diferentes idades, etnias e condições sociais estão vendo que podem retomar os estudos.

Do ponto de vista da qualidade, o desempenho abaixo dos 50 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e os últimos lugares na prova do Pisa desafiam-nos a olhar para o Enem de forma menos simplista ou demagógica. Percebemos que, nos últimos anos, o Enem também está produzindo mudanças no processo educativo. Ao avaliar por competências e habilidades, ele provocou mudanças na prática pedagógica dos professores, levando à proposição de um currículo voltado para as exigências interdisciplinares dos conteúdos e mais articulado com as necessidades dos jovens que cursam o ensino médio. Os conteúdos, nessa perspectiva, não têm um fim em si, mas estão em função de objetivos mais amplos. O papel do professor e do aluno, por sua vez, transforma-se em vista da necessidade de preparar o aluno para a vida exigente de amanhã. Os processos avaliativos, igualmente, numa concepção formativa, além da finalidade métrica, têm o objetivo de regular o planejamento pedagógico e a gestão da sala de aula, em função da aprendizagem discente.

Nos próximos dias 8 e 9 de novembro, 8,7 milhões de estudantes farão a prova do Enem. Para aumentar a transparência dos dados e evitar comparações subjetivas entre as escolas, o presidente do Inep, Francisco Soares, diz que a forma de divulgar o desempenho das escolas será mudada. Tal atitude, urgente e necessária, precisa ser complementada por um olhar mais atento em relação aos resultados do Enem. Para que ele ajude a qualificar a educação brasileira, deixando de ser mera avaliação de larga escala, precisa valer-se de estratégias mais proficientes de gestão educacional.

\*Vanderlei Siqueira dos Santos é diretor geral da rede de colégios do Grupo Marista, composta por 18 unidades nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, na cidade de Goiânia e no Distrito Federal